

ABORDAGEM SOBRE O CICLO DE POLÍTICA DE STEPHEN BALL

APPROACH TO STEPHEN BALL'S POLICY CYCLE



ROSANGELA PROCÓPIO CORREIA

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Herminio Ometto de Araras (2008); Graduada em Licenciatura em Educação Básica pelo Instituto Politécnico de Setúbal, IPS, Portugal (2021); Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba, FALC (2009); Especialista em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP (2018); Mestre em Ciências da Educação com ênfase em Políticas Públicas e Contexto Educativo pela Universidade Lusófona de Humanas e Tecnologias, Portugal (2022); Doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanas e Tecnologias, Portugal.

RESUMO

A abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball é um referencial analítico que compreende a formulação, materialização das políticas e performatividade de políticas educacionais como processos dinâmicos, interativos e ressignificados em diferentes contextos. Este estudo analisou a pertinência dessa abordagem no cenário brasileiro, considerando desigualdades regionais e influências globais. O objetivo geral foi analisar a pertinência e a aplicabilidade da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball na compreensão das dinâmicas de formulação, materialização e performatividade de políticas educacionais, destacando seu potencial para uma análise crítica e abrangente. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando critérios rigorosos para incluir publicações que explorassem explicitamente os contextos de influência, produção de textos e prática. Os resultados apontaram quatro principais contribuições: a dinamicidade das políticas, que são continuamente reinterpretadas; a centralidade dos atores locais, como professores e gestores, que ressignificam políticas; o confronto entre políticas globais e demandas locais, expondo a necessidade de adaptação às especificidades regionais; e ambiguidades nos textos políticos, que geram tanto desafios quanto oportunidades de inovação. Conclui-se que a abordagem do ciclo de políticas é um modelo robusto e relevante para o Brasil, oferecendo subsídios teóricos e práticos para políticas mais inclusivas e eficazes. Contudo, destaca-se a necessidade de novos estudos empíricos sobre práticas locais e o impacto das políticas globais, além de explorar sua aplicação em outras áreas de políticas públicas, como saúde e meio ambiente.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Ciclo de Políticas; Dinâmicas Contextuais.

ABSTRACT

Stephen Ball's policy cycle approach is an analytical framework that conceptualizes the formulation, enactment, and performativity of educational policies as dynamic, interactive, and reinterpreted processes across different contexts. This study analyzed the relevance of this approach within the Brazilian context, considering regional inequalities and global influences. The main objective was to examine the pertinence and applicability of Ball's policy cycle approach in understanding the dynamics of policy formulation, enactment, and performativity, highlighting its potential for a critical and comprehensive analysis. The methodology adopted was qualitative, exploratory, and descriptive, employing rigorous criteria to include publications that explicitly explored the contexts of influence, text production, and practice. The findings revealed four key contributions: the dynamic nature of policies, which are continuously reinterpreted; the central role of local actors, such as teachers and administrators, who reframe policies; the confrontation between global policies and local demands, exposing the need for adaptation to regional specificities; and ambiguities in policy texts, which present both challenges and opportunities for innovation. The study concludes that the policy cycle approach is a robust and relevant model for Brazil, offering theoretical and practical insights for more inclusive and effective policies. However, it emphasizes the need for further empirical research on local practices and the impact of global policies, as well as exploring its application in other public policy areas, such as health and the environment.

Keywords: Educational Policies. Policy Cycle. Contextual Dynamics.

INTRODUÇÃO

A abordagem do ciclo de políticas sugerida por Stephen Ball e seus colaboradores surge enquanto um referencial analítico de grande potencial para entender as dinâmicas complexas das políticas educacionais. Essa abordagem irrompe com modelos lineares e tradicionais de análise, sugerindo uma percepção que leva em conta as interações, as ressignificações e as práticas nos distintos contextos de elaboração, interpretação e materialização de políticas (Mainardes, 2006).

Na realidade brasileira, onde os estudos sobre políticas educacionais têm enfrentado obstáculos concernentes à consolidação teórica e à crise de paradigmas das ciências humanas e sociais. Esse padrão de tratamento apresenta-se como uma contribuição acentuada e ainda pouco explorada na atualidade (Mainardes, 2006).

Este estudo busca refletir sobre a relevância da Abordagem do ciclo de Políticas (ACP), proposta por Stephen Ball, como ferramenta analítica para compreender as políticas públicas, com foco específico nas direcionadas à educação, tema central desta pesquisa. Fundamentamo-nos em referências teórico-metodológicas da ACP, como formuladas por Ball e seus colaboradores, para explorar os contextos discursivos que moldam a criação, a implementação e a prática dessas políticas.

A pesquisa faz intercalações analíticas com as interseções entre as ciências humanas, os estudos educacionais e a gestão prática de questões sociais. Concernente aos dilemas

contemporâneos nos discursos de políticas educacionais, destacam-se a relação entre a abordagem do ciclo de políticas, justiça social e as implicações para as práticas educativas.

O estudo sobre essa abordagem traz particularmente um foco analítico relevante no cenário brasileiro, dado que a pesquisa em políticas educacionais no país ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento. Esse campo precisa de referenciais analíticos contundentes e enfrenta os desafios gerados pela crise de paradigmas que se faz presente nas ciências sociais e humanas na atualidade. Até o momento, um número restrito de pesquisadores tem se dedicado a estabelecer referenciais específicos para o estudo de políticas públicas, sociais e educacionais (Mainardes, 2006).

As políticas educacionais no Brasil comumente têm enfrentado lacunas entre a formulação e a prática, acarretando êxitos desiguais e muitas vezes distintos de seus objetivos iniciais. A compreensão dessas lacunas demanda abordagens analíticas que extrapolam modelos tradicionais, os quais apresentam tendência a desconsiderar os processos de interpretação e resignificação das políticas por parte dos distintos sujeitos envolvidos. Nesse cenário, surge a seguinte questão de pesquisa: **como a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball pode contribuir para uma análise mais crítica e contextualizada das políticas educacionais?**

A presente pesquisa justifica-se por conta do campo de estudo das políticas educacionais no Brasil encontra-se em um contexto marcado pela consolidação teórica, mas que tem enfrentado desafios originários da fragmentação dos referenciais analíticos e da crise de paradigmas que tem implicações diretas nas ciências humanas e sociais. Deste modo, o ciclo de políticas, proposta por Stephen Ball, apresenta-se enquanto contributo significativo, pois viabiliza um arcabouço teórico e metodológico com real capacidade de abarcar a complexidade e a dinâmica das políticas educacionais.

Diferentemente dos modelos tradicionais, que frequentemente assumem uma perspectiva linear e hierárquica, a abordagem de Ball reconhece que as políticas são continuamente reinterpretadas e resignificadas pelos diferentes atores e em diferentes contextos. Esse aspecto é particularmente relevante no cenário brasileiro, onde as desigualdades regionais e sociais influenciam diretamente a formulação e a materialização de políticas públicas. Além disso, as tensões entre políticas globais e demandas locais reforçam a necessidade de referenciais analíticos que possam captar tais especificidades.

A produção acadêmica sobre políticas educacionais no Brasil ainda carece de estudos que explorem a abordagem do ciclo de políticas de forma sistemática e aplicada. Dessa forma, investigar como essa perspectiva pode contribuir para compreender a trajetória das políticas educacionais no Brasil não apenas preenche uma lacuna na literatura, mas também oferece subsídios para uma análise mais crítica e contextualizada das políticas públicas.

Por fim, este estudo também busca contribuir para o debate acadêmico ao propor um referencial que auxilie pesquisadores e gestores a compreenderem as políticas educacionais em sua totalidade, considerando os processos de formulação, interpretação e performatividade como parte de um ciclo dinâmico e interconectado. Tal contribuição é essencial para aprimorar a qualidade das

análises e para informar a tomada de decisão em políticas que possam efetivamente atender às demandas da sociedade brasileira.

Neste sentido, analisar a pertinência e a aplicabilidade da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball na compreensão das dinâmicas de formulação, materialização e performatividade de políticas educacionais, destacando seu potencial para uma análise crítica e abrangente foi o objetivo geral do presente estudo.

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: investigar como as políticas são moldadas por interações contínuas entre formulação, materialização e reformulação, destacando os fatores contextuais e sociais que influenciam essas etapas; avaliar como diferentes atores, como formuladores de políticas, implementadores e a comunidade afetada, contribuem para a construção, transformação e ressignificação das políticas ao longo do tempo.

A metodologia deste estudo orientou-se por uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, focada na análise do ciclo de políticas de Stephen Ball aplicado às políticas educacionais. A pesquisa qualitativa buscou fazer a interpretação dos processos dinâmicos de formulação, implementação e ressignificação das políticas, enquanto o caráter exploratório teve como perspectiva investigar um referencial analítico pouco sistematizado na literatura brasileira. O aspecto descritivo centrou-se em fazer o detalhamento de como os contextos de influência, produção de textos e prática interage e molda os resultados das políticas.

Foram adotados critérios rigorosos de inclusão e exclusão para a seleção das publicações, assegurando a relevância do *corpus* analisado. Foram incluídos artigos, capítulos de livros e teses que abordassem o ciclo de políticas, publicados em português ou inglês, indexados em bases como Scielo e CAPES, e vinculados a periódicos de Qualis A ou B.

Excluíram-se publicações que não fizeram uso diretamente do referencial teórico de Ball, trabalhos sem discussão dos três contextos principais e documentos indisponíveis em texto completo ou em idiomas distintos de português ou inglês. Essa metodologia possibilitou edificar uma análise sólida e detalhada, garantindo a validade do estudo e ofertando contribuições significativas para a compreensão do ciclo de políticas aplicado ao campo educacional.

A PERTINÊNCIA DO CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL NA FORMULAÇÃO, MATERIALIZAÇÃO E PERFORMATIVIDADE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PERSPECTIVAS DE UM DEBATE

A abordagem do ciclo de políticas que tem adotado uma orientação pós-moderna tem se baseado nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe. Essa abordagem tem destacado a natureza complexa e controversa da política educacional, dando destaque aos processos micropolíticos e a prática dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e sinaliza a necessidade de fazer a

articulação entre os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É válido colocar em ênfase desde o princípio que este referencial teórico não é estático, mas dinâmico flexível (Dias; Abreu; Lopes, 2012).

A princípio buscou-se caracterizar os processos políticos, fazendo a introdução da noção de um ciclo contínuo constituído por três facetas, ou arenas políticas: a política proposta, a política de fato, a política em uso. A primeira faceta, a política proposta, diz respeito à política oficial que se relaciona com as intencionalidades não apenas do governo e de seus assessores de departamentos educacionais e burocratas encarregados de introduzir políticas, mas também intenções das instituições de ensino, autoridades locais e outras arenas onde as políticas surgem (Dias; Abreu; Lopes, 2012).

A política de fato estrutura-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão formatação à política proposta e são sustentáculos iniciais para que as políticas sejam postas em prática. Por último, a política em uso se refere aos discursos e as práticas institucionais que surgem do processo de introdução das políticas pelos profissionais que exercem a atuação no nível da prática (Dias; Abreu; Lopes, 2012).

Em perspectiva sequencial, todavia, Stephen Ball fez uma ruptura com essa formulação inicial porque a linguagem utilizada expressava certa rigidez, que ele não tinha como perspectiva para fazer a introdução do ciclo de políticas. Deste modo, existe uma variedade de intenções e disputas que tem impacto direto no processo político e aquelas três facetas ou arena se demonstravam enquanto conceitos restritos, fazendo oposição ao modo pelo qual eles queriam demonstrar o processo político (Dias; Abreu; Lopes, 2012).

Esse pesquisador fazia a rejeição aos modelos de política educacional que se distinguiam das fases de formulação e materialização porque ele ignorava as disputas e os embates acerca da política e potencializavam a racionalidade do processo de gestão. Deve-se levar em consideração que os profissionais que atuam nas escolas não são totalmente excluídos dos processos de construção ou introdução de políticas e utilizam hoje dos estilos de textos para fazer a distinção em que medidas profissionais deveriam atuar nas unidades de ensino (Hostins; Rochadel, 2019).

Para Ball é crucial fazer o reconhecimento que esses dois estilos de textos são produto do processo de formulação da política, um processo que acontecem nas relações com uma variedade de contextos. Consequentemente, os textos têm uma nítida relação com contextos particulares nos quais eles foram formulados e utilizados. Para mais exemplificação deste ponto, é a possibilidade da utilização dos dois estilos no mesmo texto, em que se faz a combinatória de partes mais prescritivas e partes mais abertas. É válido também que o estilo de textos políticos iniciais sejam distinto dos estilos de textos secundários, tendo em vista que textos de subsídio produzidos no transcurso da implementação de um programa tem suas potencialidades e debilidades (Hostins; Rochadel, 2019).

Outros autores têm indicado que o centro da análise de políticas deveria incidir diretamente na formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que exercem no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política ao campo prático, mais precisamente

na potencialidade formal do ensino. A identificação de processos de resistência e acomodações, subterfúgios e conformismos dentro e entre as arenas da prática fazem com que se edifiquem parâmetros de conflitos e disparidade entre os discursos nessas arenas (Hostins; Rochadel, 2019).

Outros autores fizeram a proposição de que um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses parâmetros estão relacionados, não tendo uma dimensão temporal ou sequencial e não são também fases lineares. Cada um desses contextos tem apresentado arena, lugares e grupos de interesse e cada um deles comporta disputas e embates (Mainardes, 2018).

Neste sentido, o primeiro contexto é o contexto de influência, aonde habitualmente as políticas públicas se iniciam e os discursos políticos são edificados. É nesse contexto que grupos de interesse fazem a disputa para exercer influência e definir os objetivos sociais da educação e do que significa ser passado dentro dos espaços escolares (Mainardes, 2018).

Exercem força de intervenção nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos absorvem legitimidade de formar um discurso de base para a política. O discurso de informação em determinadas ocasiões absorve apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais abrangentes que estão exercendo o impacto nas arenas públicas de ação, sobretudo pelos meios de comunicação social. Existe um conjunto de áreas públicas mais formais, tais como comissões e grupos, representativos que podem ser lugares que articulem esse conjunto de influência (Mainardes, 2018).

Trabalhos mais recentes de Ball tem contribuído para uma análise mais ampla das influências globais e internacionais na dinâmica de formulações de políticas nacionais. Segundo ele, a propagação de influências internacionais pode ser ampliada pelo menos de duas formas. A primeira e mais direta é o fluxo de ideias através de redes políticas e sociais que abarcam a circulação global de ideias (Mainardes, 2018).

A segunda diz respeito ao patrocínio e recomendadas por agências multilaterais para campo educacional. O World Bank é especialmente relevante, uma vez que as intencionalidades do banco só podem ser compreendidas enquanto instâncias ideológicas de promoção de um sistema mundial articulado com as linhas de mercado.

Além do mais:

Ao lado do World Bank, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI) podem ser considerados agências que exercem influência sobre o processo de criação de políticas nacionais (Mainardes, 2018, p. 18).

A análise das influências externas sobre as políticas nacionais como a exercida por agências internacionais podem ser entendidas no campo do ciclo de políticas de Ball, que faz, portanto, a interatividade entre contextos de influência, produção de texto e prática.

No contexto da influência os organismos citados exercem função central na modelagem de ideias e prioridades globais que exercem impacto na formulação de políticas educacionais e econômicas nacionais. Esses agentes comumente instituem agendas e parâmetros que fazem a orientação dos debates em escala global, onde muitas vezes influencia a partir dos objetivos estratégicos das nações, sobretudo em países em desenvolvimento (Mainardes; Marcondes, 2009).

No contexto da produção de texto, as recomendações dessas agências têm se traduzido em documentos normativos, planos estratégicos e legislações nacionais. Ao adotar marcos regulatórios ou diretrizes sugeridas por esses organismos, expressa-se a internalização das agendas internacionais adequadas as realidades locais. No caso da OCDE, por exemplo, iniciativas como Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) tem grande influência nas políticas educacionais nacionais, uma vez que proporciona reformas com bases em indicadores globais de desempenho.

No que tange ao contexto da prática, a implementação dessas políticas pode notabilizar tensões e adequações à medida que as escolas, professores e gestores educacionais exerce interação com as novas diretrizes. Essas dinâmicas traduzem a forma como os atores locais interpretam, negociam e até resistem as influências externas (Mainardes; Marcondes, 2009).

É nesse aspecto que o ciclo de Ball tem destacado o papel ativo dos indivíduos e instituições no processo de transformação de políticas globais em práticas locais, aonde em determinados casos é construído resultados híbridos que fazem a combinatória de aspectos globais e particulares (Mainardes; Marcondes, 2009).

Deste modo, ao levar em conta o círculo de políticas de Ball pode-se perceber que organismos internacionais como ao CDE, Unesco e FMI não somente impõe agendas, mas exerce a atuação enquanto mediadores de ideias que transitam entre o global e o local. A interatividade entre contextos de influência, textos e prática tem notabilizado enquanto políticas nacionais que são ajustadas por forças externas, ao mesmo em tempo que são modificadas pelas particularidades e demandas locais, construindo um ciclo contínuo de negociação e adaptação (Mainardes; Marcondes, 2009).

Essas influências, por sua vez, são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação. O número de estudos tem demonstrado que existe uma interação dialética entre o global e o local, mostrando ainda que existe uma globalização que proporciona a migração de políticas, mas essa migração não é uma simples transposição e transferência, haja vista que as políticas são recontextualizadas dentro de realidades nacionais particulares. Desse modo, a globalização está sempre sujeita a um processo de interpretação (Mainardes; Marcondes, 2009).

O contexto de influência tem o alinhamento simbiótico que, todavia, não é nítido ou simples com o contexto da produção de texto. Ao passo que o contexto de influência está comumente relacionado com as finalidades mais estreitas e ideológicas, os textos políticos habitualmente se articulam com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, demonstram a política. Essa representação pode tomar diversas formatações:

textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais acerca de textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos (Mainardes; Marcondes, 2009).

Esses textos não são necessariamente um ponto de coerência interna e nítida, pois podem também ser contraditórios. Eles podem usar termo chave de forma múltipla, fazendo com que a política não seja construída e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico que foi produzido (Mainardes; Marcondes, 2009).

Os textos políticos são o resumo de disputas e acordos, uma vez que os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos têm a responsabilidade de fazer o controle das representações da política. Neste sentido, políticas são intervenções textuais, mas elas também trazem limites materiais e possibilidades. As respostas a esses textos têm resultados reais. Essas consequências são vivenciadas na materialização do terceiro contexto, que é o contexto da prática (Hojas, 2019).

Conforme pode se entender de Ball, o contexto da prática é onde a política está propensa a interpretação e recriação, espaço no qual a política produz resultados e consequências que podem demonstrar mudanças pertinentes na política original. Para ele, o ponto-chave é que as políticas não são eminentemente materializadas dentro desta arena, ou seja, no contexto da prática, mas estão sujeitas a interpretação, o que lhe permite uma recriação (Hojas, 2019).

INTERPRETAÇÃO DAS POLÍTICAS COMO PROCESSOS DINÂMICOS

O ciclo de políticas de Stephen Ball traz uma perspectiva que desafia a percepção linear e simplista do processo de formulação, como também de materialização de políticas públicas, sobretudo na área da educação. Em vez de levar em conta políticas enquanto textos fixos ou normativos imutáveis, Ball sugere que elas sejam compreendidas enquanto processos dinâmicos, reflexos de ambigüidades, interpretações e elaborações (Silva; Martins, 2020).

Essa premissa faz o devido reconhecimento de que as políticas não são somente o resumo de intenções governamentais ou de documentos oficiais, mas também o produto de interações complexas entre inúmeros agentes e contextos. Com essa abordagem é viável entender como as políticas têm ganhado significado nas práticas cotidianas, nos discursos institucionais e nas resistências locais (Silva; Martins, 2020).

No que diz respeito ao caráter multidimensional das políticas, conforme a percepção de Ball elas devem ser analisadas em sua multidimensionalidade, abarcando três faixas contextuais interconectadas – que já foram explicitadas anteriormente – aonde cada um desses contextos exerce função elementar no modo como as políticas são formuladas, reinterpretadas e implementadas (Silva; Martins, 2020).

A interpretação das políticas enquanto processos dinâmicos dentro de uma perspectiva do ciclo de políticas de Ball levam em conta a interpretação delas enquanto processos dinâmicos que absorvem relevância ao levar em consideração que as políticas têm tanto um caráter textual quanto discursivo (Silva; Martins, 2020).

Como textos, elas são documentos oficiais que fazem a devida orientação das práticas e decisões, mas também expõe as tensões, os compromissos e os interesses de distintos atores envolvidos em sua formação. Como discurso, as políticas trazem significados, valores, ideologias, que procuram modelar comportamentos e práticas. Todavia, as implicações desses discursos nem sempre é uniforme e linear, uma vez que vai depender da realidade em quem são introduzidas e das interações com os sujeitos que os interpretam (Silva; Martins, 2020).

Por exemplo, no Brasil diretrizes educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são exemplos de textos normativos que especificam as competências e habilidades almejadas dos estudantes em distintas etapas da educação básica. Porém, quando analisadas enquanto discurso, essas diretrizes traduzem concepções particulares de cidadania, ensino e aprendizagem que podem ser questionadas ou reinterpretadas por docentes e gestores escolares (Silva; Martins, 2020).

Esse processo de tradução das políticas nas realidades traduzem a natureza dinâmica das políticas públicas que não se restringem a disseminação de documentos oficiais, mas contemplam constante confronto entre discurso, práticas e realidades locais (Silva; Martins, 2020).

No contexto de prática, as políticas deixam de ser percebidas enquanto textos fixos e tornam-se ações vivas, sujeitas a interpretações e adequações pelos atores locais. Docentes, gestores e outros agentes educacionais passam a desempenhar funções centrais nesse processo, tendo em vista que eles reinterpretem diretrizes a luz de suas experiências, valores e condições particulares. Deste modo, a reinterpretação e materialização de políticas não é hegemônica ou linear, mas negociada, permeada por tensões, aonde muitas vezes caracterizada por conflitos e inovações (Silva; Martins, 2020).

Um exemplo bastante nítido é a introdução de política de tecnologias educacionais em escolas públicas. Em uma unidade de ensino com boa infraestrutura essas políticas podem ser absorvidas de forma positiva e integradas ao planejamento pedagógico. Porém, em escolas com recursos insuficientes as mesmas diretrizes podem parecer inviáveis, levando a adequações criativas, ou, até mesmo, a abandono parcial ou total da política. Esses contrastes evidenciam que a prática educativa é formulada tanto pelas condições objetivas quanto pelas subjetivas dos agentes envolvidos (Santos, 2015).

Os professores, em particular, são percebidos enquanto agentes transformadores das políticas, isto porque em vez de somente cumprir normas, eles reinterpretem as diretrizes pautadas em suas expertises pedagógicas e na realidade de suas salas de aula. Essa reinterpretação constante auferir vitalidade as políticas que passam a absorver novas formas e significados a cada interação prática (Santos, 2015).

Uma das características internas das políticas enquanto processos dinâmicos é a presença de ambiguidades e contradições. Os textos políticos comumente possuem uma redação propositalmente extensa ou vaga, possibilitando interpretações múltiplas e acomodando finalidades divergentes. Ainda que isso possa facilitar consenso na fase de formulação, também constrói desafios expressivos na implementação, sobretudo quando os atores locais têm distintos empreendimentos acerca dos objetivos (Santos, 2015).

Por exemplo, uma política de inclusão educacional pode ser interpretada de modo variado por agentes e professores. Enquanto gestores podem se deter na necessidade de recursos adicionais, os docentes podem compreender a política enquanto um chamado a formação continuada ou transformações metodológicas. Essas interpretações divergentes podem produzir tensões, mas também constrói um espaço para criatividade e inovação na realidade local (Santos, 2015).

As contradições são, sobretudo, nítidas quando as políticas procuram dar o equilíbrio necessário entre os interesses conflitantes, como a procura por equidade e eficiência. Um exemplo disso é a padronização das avaliações educacionais que tem como meta mensurar o desempenho acadêmico de forma uniforme, mas pode entrar em contradição com a valorização da diversidade cultural e pedagógica. Nessas ocasiões, as práticas locais tornam-se substanciais para fazer a negociação e resolver essas tensões, demonstrando a complexidade e o dinamismo da política em ação.

Outro aspecto crucial das políticas enquanto processos dinâmicos é a função das resistências e apropriações no contexto de prática. Os atores locais não se restringem a materializar as diretrizes, eles podem resistir, reinterpretar ou adequar as políticas de modo que dê conta da melhor forma possível das suas necessidades e valores. Essas resistências não devem ser observadas enquanto obstáculos, mas como expressão de agência e criatividade (Santos, 2015).

Por exemplo, políticas que proporcionam a privatização da educação habitualmente têm enfrentado resistência de docentes e comunidades que valorizam o caráter público da unidade de ensino enquanto um direito social. Essa resistência pode se concretizar em modos de protesto, greves ou estratégias de adequação para diminuir os impactos negativos das transformações. Ao mesmo tempo, os atores podem se apropriar das diretrizes para construir soluções inovadoras, transformando-as em instrumentos para enfrentar desafios específicos.

Esse processo de resistência e apropriação notabiliza-se a partir do ponto que as políticas não são impostas de forma unidirecional. Elas são formatadas e transformadas por interações contínuas entre os diferentes níveis do sistema educacional, o que permite evidenciar a complexidade, sua materialização e o papel ativo dos atores locais (Santos, 2015).

No contexto da globalização muitas políticas educacionais têm sido influenciadas por tendências e padrões internacionais, como propagados pela UNESCO, OCDE e outros organismos. Essas políticas globais comumente têm incorporado ideais como cuidar de inovação e competitividade econômica. Todavia, ao ser introduzidas em contextos locais, elas são

reinterpretadas e adequadas de maneira que traduzam as particularidades culturais, sociais e econômicas de cada região (Santos, 2015).

Na realidade brasileira, a adoção de padrões internacionais como Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) traz uma demonstração alusiva dessa interação. Enquanto o PISA oportuniza um referencial global para avaliar o desempenho educacional, as estratégias adotadas para aperfeiçoar os resultados têm variações amplas entre estados e municípios, o que reflete desigualdades regionais e prioridades locais. Essa tensão entre o global e o local demonstra o caráter dinâmico das políticas e a necessidade de levar em consideração as particularidades contextuais em sua análise (Santos, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a pertinência e a aplicabilidade da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball na compreensão das dinâmicas de formulação, materialização e performatividade de políticas educacionais, destacando seu potencial para uma análise crítica e abrangente.

O objetivo foi cumprido ao propor-se uma análise crítica e ampla das políticas educacionais, demonstrando como a proposta de Ball disponibiliza ferramentas teóricas para a compreensão sobre as ressignificações que se dão em cada momento do ciclo de políticas.

Com a análise, foram reconhecidos quatro resultados centrais. O primeiro foi o reconhecimento da dinamicidade das políticas. A pesquisa demonstrou que as políticas educacionais não podem ser pensadas como prescrições fixas ou estáticas, mas como dinâmicas, que contemplam as interações, interpretações e negociações realizadas entre diferentes atores em níveis macro e micro. A abordagem de Ball demonstra que as políticas são criadas nos contextos de prática, nas quais os textos oficiais são reescritos pelos sujeitos responsáveis por sua materialização.

O segundo resultado salientou a centralidade dos atores locais. Destacou-se a atividade dos professores, gestores e das comunidades escolares na adaptação e na concretização das políticas. Esses atores não são executores de diretrizes, mas atores que reinterpretam e ressignificam as políticas a partir de suas realidades e experiências, o que reafirma que é preciso reconhecer a prática como um espaço de criação e não apenas de execução.

O terceiro resultado correspondeu ao conflito entre as políticas globais e as demandas locais. A análise expôs as formas de ressignificação das influências globais em contextos locais, frequentemente intermediadas por organizações como a OCDE e a UNESCO. Esse confronto entre o global e o local parece capturar a exigência de adaptar políticas internacionais às particularidades culturais, sociais e econômicas de cada região, evitando, assim, soluções padronizadas e descontextualizadas.

O quarto resultado colocou em evidência as ambiguidades como espaço de inovação e de conflito. As ambiguidades existentes nos textos políticos foram evidenciadas como fontes para desafios, mas também para oportunidades. Apesar de estas gerarem interpretações em conflito, criam um espaço para a inovação local, a qual pode permitir que as políticas sejam ajustadas às exigências específicas das escolas e das comunidades.

Em suma, apesar das contribuições, a pesquisa evidenciou lacunas a serem preenchidas na continuidade dos estudos. Deste modo, devem ser realizados estudos empíricos sobre o contexto de prática. Pesquisas que documentem como realizam os professores e gestores a reconstituição das políticas em seu cotidiano são imprescindíveis para fornecer uma compreensão mais profunda sobre a dinâmica dos processos de materialização das políticas. Estudos de caso realizados em escolas de diferentes contextos sociais e regionais poderão fornecer informações úteis. Em segundo lugar, precisa ser explorado o impacto das políticas globais sobre o ensino local. Investigadores que analisem como diretrizes internacionais afetam as práticas pedagógicas e os resultados educacionais do Brasil poderiam proporcionar suporte para um enquadramento mais pertinente dessas políticas em relação à realidade local.

Por fim, a investigação das resistências e apropriações deve ser ampliada. Pesquisas que abordem o processo de resistência e apropriação das políticas, nas suas respectivas realidades sociais, são essenciais para entender como os atores locais contestam ou transformam as diretrizes na busca de mais equidade e justiça social. Por fim, existem perspectivas a serem exploradas sobre a aplicação da abordagem de Ball em outras áreas de políticas públicas. Embora tenha sido seu uso mais generalizado entre as políticas de educação, ela pode ser aplicada à saúde, ao meio ambiente e às políticas urbanas, entre outras, ampliando seu escopo teórico e metodológico.

A abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball oferece um referencial emanado de uma análise crítica e inovadora das dinâmicas das políticas educacionais. Ao enfatizar o caráter cíclico e interdependente dos processos políticos, a abordagem possibilita uma análise muito mais rica e contextualizada das políticas, reconhecendo a complexidade dos contextos e a centralidade dos sujeitos na construção das políticas. Atendendo ao objetivo aqui proposto, o estudo demonstrou a pertinência da sua perspectiva no contexto brasileiro, contribuindo para o preenchimento das lacunas da literatura e para a construção de políticas mais eficazes e inclusivas. Entretanto, o apelo por novas pesquisas empíricas e teóricas reforça a condição e a situação do debate, revelando horizontes promissores para a pesquisa e prática no campo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

DIAS, Rosanne Evangelista; ABREU, Rozana Gomes de; LOPES, Alice Casimiro. Stephen Ball e Ernesto Laclau na pesquisa em política de currículo 82. **Teóricos e o campo do currículo**, Ribeirão Preto, v. 10. N. 3, p. 200, jan./abr.2012.

HOJAS, Viviani Fernanda. Pesquisar escolas: “abordagem do ciclo de políticas” e “teoria da atuação política” em discussão. **Contrapontos**, Santos, v. 19, n. 1, p. 301-313, dez.2019.

HOSTINS, Regina Célia Linhares; ROCHADEL, Olívia. Contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Brasília, v. 10, n. 10, p. 61-84, fev./jun.2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Fortaleza, v. 27, n. 4, p. 47-69, mar/jun.2006.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Fortaleza, v. 30, n. 14, p. 303-318, set/out. 2009.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional The policy cycle approach: exploring some challenges of its use in the field of Education Policy El enfoque del ciclo de políticas: explorando algunos dos desafios de su. **Jornal de Políticas Educacionais. Curitiba**, v. 12, n. 16, p. 1-23, jun/ago. 2018.

OLIVEIRA, Ana de. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 38, 200-230, jan./mar. 2011.

SANTOS, Almir Paulo dos. Abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para análise da política de avaliação em larga escala. **Revista Meta: Avaliação**, Aracajú, v. 6, n. 18, p. 263-280, mar/set.2015.

SILVA, Rubia Carla Donda da; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Contribuições de Stephen Ball e colaboradores para o estudo de políticas de currículo. **Communitas**, Nova York, v. 4, n. 7, p. 386-395, mar/mai. 2020.